



ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Não houve ata a ser lida. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 22/2026, do Poder Executivo; E-mail e Ofício nº 136.412/2026, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 173.657/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofícios nºs 2 e 3/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 14.931/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 51.614, 51.936, 52.434, 52.437, 52.440, 52.443, 52.446, 52.449, 52.452, 52.862, 52.897, 52.949 e 53.288/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 18 e 40/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Zeca do PT, Paulo Duarte, Lia Nogueira, Roberto Hashioka, Caravina, Lidio Lopes, Junior Mochi, Lucas de Lima, Coronel David e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Paulo Duarte, Zé Teixeira, Mara Caseiro e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 223/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 280/2025, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 298/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Genar Pereira de Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao presidente da Associação Cultural Ayé Orun, senhor Geiser Barreto; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao terceiro-sargento PM Marcos Aurélio Clink Vargas, pelas funções exercidas na Polícia Militar e pelos relevantes serviços prestados à população paranaibense; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Marcio Fernandes e Paulo Corrêa, endereçada ao médico-veterinário*



*doutor Cristiano Carvalho, pela sua nomeação como novo diretor-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (Fundect); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à atleta Gabriele Cardoso, de dez anos, do município de Rio Brilhante, pelo brilhante desempenho e expressivas conquistas alcançadas no Campeonato Brasileiro Interclubes de Karatê 2025, competição organizada pela Confederação Brasileira de Karatê (CBK) e realizada na cidade de João Pessoa (PB), ocasião em que conquistou quatro medalhas, consolidando-se como uma das grandes promessas do karatê sul-mato-grossense; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Zé Teixeira e Jamilson Name. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis." Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Registramos e agradecemos a presença do presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas, vereador Tonhão, meu dileto amigo que veio com uma comitiva. Registro também a presença do meu amigo Miro, de Sete Quedas. Sejam todos bem-vindos! Expediente da Sessão Ordinária de 5 de fevereiro de 2026: Ofício nº 5.500/2025, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 1.871/2024); Ofício nº 13/2026, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 4.905/2025); Processo nº 00010036-50.2025.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 4.588/2025); Ofício nº 18/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 4.954/2025); Ofício nº 526/2025, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 4.738/2025); Ofício nº 4/2026, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 4.952/2025); Ofícios nºs 50.845, 51.607, 51.610, 51.616, 51.619, 51.622, 51.625, 51.628, 51.631, 51.634, 51.641, 51.915, 51.918, 51.930, 51.933/25, 53.117, 53.149, 53.285, 53.291, 53.294, 53.329, 53.332 e 53.335/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimentos/indicações dos deputados Zé Teixeira, Junior Mochi, Zeca do PT, Caravina, Gleice Jane, Pedro Kemp, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Renato Câmara, Roberto Hashioka e Paulo Corrêa; Ofícios nºs 1.964, 1.965, 1.966, 2.011 e 2.012/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Paulo Duarte (Prot. nºs 4.525, 2.746, 4.499, 4.748, 4.767/2025); Ofícios nºs 68, 74, 75 e 78/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Caravina, Marcio Fernandes e Coronel David (Prot. nºs 1.792, 5.083, 1.934, 2.377/2025); Cartas nºs 1.460 e 1.476/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos

deputados Lia Nogueira e Zé Teixeira (Prot. nºs 4.758, 4.746/2025); E-mail, da Catedral Nossa Senhora Imaculada Conceição, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 4.960/2025); Ofício nº 1/2026, da Farmácia Básica Municipal de Santa Rita do Pardo, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nºs 3.549/2025); Carta nº 00207/2026, da Vivo Telefônica, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4.874/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Edimar Rodrigues de Lima, vereador do município de Anaurilândia; e do vereador Leandro Rosa, presidente da Câmara Municipal de Cassilândia. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, eu trago algumas proposições. Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a reforma, adequação da infraestrutura e aquisição de equipamentos para a Escola Agrícola do município de Aparecida do Taboado, visando à retomada das atividades educacionais. Essa medida visa atender ao pedido da vereadora Cláudia Padim Dias de Oliveira. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Osvaldo Cândido Batista, em razão do seu falecimento, ocorrido 25 do corrente mês. Nesse momento de tristeza, manifesto meus pêsames à servidora do Cerimonial desta Casa, a Izolda. Senhor presidente, eu tenho recebido no meu gabinete diversas reclamações a respeito da qualidade do fornecimento de energia elétrica para os aviários e assentamentos em todo o estado. A Energisa é uma concessão Federal, que agora está efetivamente bem colocada, mas estamos defendendo o consumidor de Mato Grosso do Sul. Inclusive, já tivemos, no passado, um instrumento forte, que foi a CPI da Enersul. Então, eu gostaria que Vossa Excelência me recebesse após o expediente e me desse o mesmo tratamento que demos ao deputado Junior Mochi a respeito da BR-163. Gostaria que pudéssemos capitanear uma comissão aqui na Casa sobre o fornecimento da energia, mesmo porque há várias fazendas e pousadas em Bonito que ficam de 8 a 9 horas sem energia. Portanto, não há como tocar as coisas assim. Temos como exemplo o município de Nova Alvorada do Sul. E eu pergunto: qual município deste estado não tem esse problema. Eu estive em uma reunião junto com Vossa Excelência lá na Federação das Indústrias para discutirmos um assunto importantíssimo referente à Secretaria de Fazenda. Foi muito importante. A meu ver, o pagador contumaz merece prêmio e o devedor contumaz merece castigo. Naquela oportunidade, nós recebemos a informação de que todas as indústrias de Mato Grosso do Sul perguntam sobre o DEC e o FEC, que é a duração e a frequência de instabilidade da energia elétrica no estado. Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que me recebesse, logo após a Sessão, para tratarmos, se possível, da criação de uma comissão, de uma sindicância, não sei se seria esse o nome, mas eu acho que já existem elementos suficientes para que a Assembleia

entre na parada e resolva o problema da energia elétrica em nosso estado. Por último, senhor presidente, e não menos importante, eu gostaria de lavrar uma moção de repúdio contra a última NR publicada a respeito de o peão de fazenda ter de usar capacete, e não chapéu. Acho isso um absurdo, um constrangimento. E, se Vossa Excelência permitir, eu peço que tal moção seja feita pela Casa. Eu gostaria que os caras que estão lá em Brasília, no ar-condicionado, deputado Coronel David, pudessem vir ao campo aqui em Porto Murtinho, em Miranda, em Corumbá, no Pantanal, em um mês de calor, para verem se eles aguentariam ficar meia hora com um capacete em vez de um chapéu, mexendo com vaca. Isso é ideia de cabra que nunca pisou no campo. A coisa é tão grave que o multado não é o peão, é o dono da fazenda. É um absurdo! Eu já comuniquei a situação ao presidente da Famasul, disse a ele que nós vamos tomar as providências cabíveis para acabar com esse negócio de ficarem complicando a vida do povo brasileiro. Deixem o Brasil andar! Ele dá conta de andar sozinho. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Paulo Corrêa, só para registrar. Nós também ficamos incomodados com relação a essa questão da NR 31, que está há mais de cinco anos em vigência. Isso surgiu nas redes sociais, mas até agora nós não conseguimos constatar nenhuma fiscalização que já estivesse com essa exigência. Nós já entramos em contato com corpo jurídico da área trabalhista da Famasul, e fomos informados de que não há oficialmente essa exigência, mas sim uma interpretação de algumas pessoas. Agora, de acordo com a orientação que o Ministério do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho passaram à Famasul, não haverá essa exigência. Então, nós já fizemos esse trabalho. Se houver oficialmente alguma exigência, eu acato a fala de Vossa Excelência, no sentido de adotarmos alguma medida judicial, mesmo porque isso é inaceitável.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu quero dizer a Vossa Excelência que começou assim também um negócio chamado "botoeira vermelha". Em caso de uma fábrica inteira funcionando, de acordo com NR 62, e a nossa é a 31, eu estudei o assunto, é exigida... Começa desse jeitinho, aprovam lá; dizem que não está sendo exigido; e depois começam a exigir. Eu acho que Vossa Excelência tem razão. Eu ainda não tenho ninguém. Mas eu sou produtor rural lá em Porto Murtinho. Eu desafio qualquer juiz, qualquer desembargador, qualquer pessoa a ir ao campo e ficar meia hora lá. Aliás, não precisa mais do que meia hora, no mês de junho, mês em que não há chuva, para notar que é impossível ficar de capacete embaixo de um sol de cinquenta graus. Vamos ver se esse povo que fica bolando norma lá dentro de gabinete aguenta isso. É só, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Paulo Corrêa, eu gostaria de assinar junto com Vossa Excelência a moção de pesar referente ao falecimento do



esposo da senhora Izolda. E quero dizer que concordo integralmente com a sua fala acerca da resolução emitida pelo ministério. Não é o juiz, não é o desembargador, são os técnicos desse Governo que todos os dias ficam pensando em algo para prejudicar a população brasileira. O senhor tem razão, mas ainda não falou do maior absurdo, que é colocar ar-condicionado em caminhões de transporte de bovinos e suínos, quando a temperatura estiver acima de 30º graus, e aquecedor, quando estiver abaixo de 10º graus. Parece que eles não têm nada para fazer em Brasília, comandados por esse governo inútil do Lula.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão! Eu também sou favorável à moção do deputado Paulo Corrêa. Eu gostaria de ser um dos signatários da moção. Senhor presidente, eu trago duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Marcelo Miglioli; e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva, solicitando a instalação de faixa elevada de pedestres na rua Tapirapés, número 83, no bairro Jardim Leblon, em frente ao Colégio Adventista. Nos horários de fluxo intenso de veículos e pedestres, especialmente na entrada e saída dos alunos, nos períodos matutino e vespertino, o risco de acidentes é constante. Essa solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo diretor da referida escola. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a construção de uma passarela coberta na Escola Estadual Rui Barbosa, para ligar os blocos da unidade escolar até o laboratório de informática e ciências, bem como a implantação de cobertura em frente ao anfiteatro e à biblioteca. A escola fica na rua João Thomaz, nº 222, no bairro Santo Antônio, nesta Capital. Obrigado, presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Para não esfriar o assunto em relação à Energisa, é importante ressaltar que as Frentes Parlamentares da Avicultura, da Suinocultura e do Leite têm discutido o tema exaustivamente com a Energisa, e temos conseguido apoio no sentido de agilizar a ligação desses pontos de energia. Hoje, a Energisa tem um cadastro específico para produtor de leite, de suíno e de aves. Eles têm prioridade no atendimento. A gente tem levado essa informação aos produtores;

todavia, muitos ainda não sabem dessa facilidade de acesso que têm lá na Energisa. É um cadastro específico, com o nome do produtor. Vale destacar que, se faltar energia na propriedade, vai ocorrer a morte de animais, vai diminuir a produção, vai causar prejuízo ao produtor. A Energisa tem dado respaldo às frentes parlamentares, mas precisamos avançar, precisamos de mais investimento, precisamos de uma energia de melhor qualidade. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu tomei conhecimento pela imprensa, através do jornal eletrônico Campo Grande News, que um grupo de produtores culturais de Campo Grande está preocupado com as contrapartidas exigidas pela administração do teatro Aracy Balabanian referentes ao aluguel do espaço, em 2026. Segundo relato desses produtores, os pedidos feitos após a reabertura do teatro, que passou por reforma depois de oito anos fechado, fogem da realidade financeira de quem vive da produção cultural em nosso estado. Os artistas estão informando que, antes da reforma, a contrapartida que a administração do teatro pedia era considerada razoável, e normalmente envolvia a doação de uma porcentagem da bilheteria ou a realização de uma sessão extra da apresentação cultural ou de uma oficina, ações de formação aberta ao público etc. No entanto, agora, a administração está apresentando aos artistas e produtores culturais uma lista de materiais e equipamentos para serem doados para o teatro. Tamanha exigência está inviabilizando o trabalho cultural, visto que os artistas não têm condições financeiras de arcar com mais essas exigências, as quais destoam das práticas historicamente adotadas em equipamentos culturais públicos. Vale lembrar que aquele espaço é público. Os artistas alugam o espaço para fazer uma apresentação e recebem uma lista de materiais para comprar e doar para a instituição. A lista é enorme. Inclusive, há equipamentos eletrônicos de alto custo, entre eles: geladeira de quinhentos litros; freezer vertical de quinhentos e setenta litros; ar-condicionado de sessenta mil BTUs; dois sofás de três lugares, de corino, na cor preta; kit com dez poltronas pretas, em corino; armário roupeiro de vinte portas, com chaves; conjunto de dois roupeiros de dez portas etc. Eu acho tudo isso um absurdo, mesmo porque o espaço é público. O artista já sobrevive com muita dificuldade. Não é fácil fazer cultura no Brasil. E quando se vai alugar um espaço, que é público, vem uma série de exigências, que não são razoáveis, para quem vive de cultura cumprir. Se esses pedidos fossem feitos para uma grande empresa, por exemplo, não haveria problema, mas, para artistas, é realmente um absurdo. É bom lembrar que se trata da administração pública, e ela está submetida aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e aos critérios de razoabilidade e interesse público, não sendo, então, recomendada a exigência de doação de bens duráveis e onerosos como condição para o uso temporário de um bem público de natureza cultural. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação da iluminação pública da rua João Akamine, na quadra localizada entre a rua Antônio Maria

Coelho e a avenida Mato Grosso, no bairro Planalto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Carla Barbosa de Jesus, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 4 de janeiro do corrente. Carla Barbosa foi uma profissional dedicada, realizadora de sonhos. Como cerimonialista, sua atuação foi marcada pela excelência ética e pela sensibilidade única em atender a momentos inesquecíveis para diversas famílias. Sua partida prematura deixa uma lacuna imensa no setor de eventos e nos corações de todos que tiveram o privilégio de conviver com ela e ver sua alegria e competência. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres pares! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do nosso estado, na pessoa da delegada-titular, doutora Ana Cláudia Oliveira Marques Medina, a todos os delegados, investigadores e escrivães da unidade policial, pelos serviços que vêm prestando à sociedade. Recentemente, conforme um levantamento feito, o Draco alcançou a impressionante marca de 1,2 bilhão de reais de prejuízo ao crime organizado, por meio de suas operações. Então, com muita alegria e satisfação, faço esta moção à doutora Ana Cláudia Medina, que vem se mostrando uma grande profissional da nossa Polícia Civil. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à família do ex-deputado estadual e advogado Antônio Braga, que faleceu, no dia 13, aos oitenta e sete anos, nesta Capital. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Coronel David, vem ao público consignar profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual e advogado Antônio Braga, ocorrido no dia 13 deste mês, em Campo Grande. É com profunda consternação que esta Casa de Leis recebe a notícia do passamento de Antônio Braga, uma das figuras mais emblemáticas da política sul-mato-grossense. Braga era advogado de formação e um homem público por vocação. Ele dedicou décadas da sua vida ao fortalecimento das instituições democráticas em nosso estado. Que a memória de Antônio Braga seja preservada na história política de Mato Grosso do Sul! Esta Casa de Leis externa aos familiares e amigos seus mais sinceros votos de estima e respeito. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Deputado Coronel David, eu gostaria de assinar com o senhor essa moção.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pois não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que nos prestigia com sua presença neste Plenário, autoridades, imprensa e todos que nos assistem pela TV Assembleia, bom dia! Antes de apresentar minhas proposições, quer levar ao conhecimento das autoridades que ontem o prefeito de Coxim, senhor Edilson Magro, no uso das atribuições legais conferidas a ele pelo artigo 78, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, considerando que, em 4 de fevereiro de 2026, Coxim enfrentou um deslocamento de massa de ar e um volume de 201,2 mm de chuva, segundo o Cemaden, num período de 96 horas, causando estragos e destruição em ruas, avenidas, travessas, pontes e sistemas de drenagem no município, decretou situação de emergência no município. A forte chuva causou enxurradas violentas em todo o município, e a força das águas invadiu casas, comércio e vias públicas. Ruas, avenidas e travessas de vários bairros ficaram danificadas. Na área urbana, houve danos ao sistema de drenagem; nas estradas rurais, pontes foram danificadas, em razão da grande precipitação pluviométrica. Essas chuvas causaram movimentação de massa em áreas de aterro. Considerando a destruição de vias rurais e urbanas, a invasão de comércio e vias públicas pelas águas e o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Prefeitura é favorável à decretação de situação de emergência. Eu vou ler o decreto. "Artigo 1º - Fica declarada situação de emergência, pelo prazo de 180 dias, nas áreas do município de Coxim, contidas no mapa do Formulário de Informações do Desastre (FID), em virtude dos desastres classificados e codificados como chuvas intensas, nos termos da Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e conforme informações contidas no Parecer Técnico nº 001/2026, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil." Portanto, eu solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, solicitando a declaração de situação de emergência, em âmbito estadual, no município de Coxim, em razão dos severos danos provocados pelas chuvas intensas ocorridas nos primeiros dias deste mês de fevereiro. A presente solicitação fundamenta-se no Decreto Municipal nº 70, de 4 de fevereiro de 2026. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao senhor juiz de direito Luciano Pedro Beladelli, titular da Comarca de Anastácio, em reconhecimento à sua louvável e inovadora iniciativa de implantar o projeto "Patás que Acolhem", que oferece acolhimento humanizado e suporte emocional às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência durante depoimentos especiais no ambiente forense, bem como pela contribuição à humanização da prestação jurisdicional no âmbito da justiça sul-mato-grossense. A iniciativa consiste na utilização de cães especialmente treinados para auxiliar no processo de acolhimento das vítimas, proporcionando um ambiente mais seguro, empático e acolhedor, capaz de reduzir impacto emocional e o trauma associados às situações de extrema vulnerabilidade. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de três veículos automotores do tipo camburão para atender às necessidades operacionais do 5º Batalhão da Polícia Militar, sediado no município de Coxim, que atende todos os municípios da região norte. É só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Uma questão de ordem aqui, bem lembrada pelo deputado Coronel David e pelo deputado Neno Razuk. Nós pedimos que a moção seja feita pela Casa, em razão do falecimento do deputado Braga, pessoa amiga, que fez história em Mato Grosso do Sul, aqui na Casa e no Poder Executivo. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, vou apresentar três indicações ao governador Eduardo Riedel. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, Rudi Fiorese, solicitando a realização de manutenção — em caráter de urgência — da ponte do Nuara, localizada sobre o rio Aquidauana, que liga Terenos a Dois Irmãos do Buriti, na rodovia MS-345, KM 29. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, Rudi Fiorese, solicitando a realização de manutenção e limpeza da ciclovia localizada às margens da rodovia MS-427, que liga o município de Rio Verde de Mato Grosso aos balneários da região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, Rudi Fiorese, solicitando a execução de obras de patrolamento e encascalhamento da rodovia MS-171, no trecho da estrada rural conhecida como Margem Esquerda do Rio Aquidauana, no município de Aquidauana. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas e público aqui presente, bom dia! Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a adoção de providências urgentes visando à recuperação da ponte sobre o rio Taboco, na rodovia MS-352, no município de Corguinho, bem como das vias de acesso afetadas e ao apoio imediato do Governo do Estado ao município para o enfrentamento dos danos provocados pelas chuvas intensas na região. Nós estamos acompanhando de perto a situação calamitosa. A população do outro lado do rio está ilhada, por isso precisa de apoio habitacional, alimentar, enfim, em todas as frentes. Eu tenho conversado com o prefeito, e estamos fazendo esse requerimento, para que o Estado possa apoiar imediatamente ações destinadas a minimizar os danos das fortes chuvas que têm ocorrido em toda a região, principalmente na região do Taboco. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com urgência, solicitando a realização de obras de manutenção da rodovia MS-

339, especificamente no trecho que dá acesso ao distrito de Morraria do Sul, no município de Bodoquena, devido à intensidade das chuvas naquela região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a adoção de providências urgentes visando à recuperação da infraestrutura viária nas regiões de Rio Negro, Corguinho e Taboco, especificamente das pontes danificadas. Como estamos em período intenso de chuvas, o poder público precisa atuar nos pontos mais críticos, até que se faça um planejamento de recuperação mais amplo. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas. (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00061/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 0063/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00062/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 0074/2026 e 0037/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00046/2026); um requerimento (Prot. nº 00047/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 00057/2026, 00055/2026 e 00052/2026); três requerimentos (Prot. nºs 00054/2026, 00058/2026 e 00053/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 0056/2026); três moções de pesar (Prot. nºs 00051/2026, 00050/2026 e 00049/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 00075/2026, 00073/2026 e 00072/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma moção de congratulação (Prot. nº 00038/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00065/2026, 00064/2026 e 00076/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de aplauso (Prot. nº 00077/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 00059/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00060/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 0082/2026 e 00081/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00083/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 0045/2026 e 00044/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00042/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 0043/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00071/2026, 00070/2026, 00069/2026, 00068/2026 e 00067/2026).). Encerrado o Pequeno Expediente. Senhores deputados, hoje eu não poderia deixar de fazer uma homenagem a uma pessoa muito especial para mim, eu costumo dizer que ela é um presente de Deus para mim. Hoje é o aniversário da Kátia Claro, minha esposa. Que Deus a abençoe. Que ela continue cuidando de tudo ao mesmo tempo e de todos nós. Eu sempre digo que ela parece ter oito mãos, como um polvo. Eu estou romântico hoje... Parabéns à minha esposa! Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de 28 minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, faço uso da palavra para comentar sobre duas situações específicas. Uma delas é a situação emergencial decretada em Coxim por conta do elevado índice de precipitação pluviométrica na região. Coxim fica a duzentos e vinte metros de altitude. Isso significa que o entorno da cidade — temos ali São Gabriel do Oeste, com em torno de quinhentos e cinquenta a seiscentos metros; Costa Rica, mais alta; Alcinoópolis; Pedro Gomes — faz com que todos os cursos d'água fluam para o rio Taquari. E, como o Taquari nasce no planalto e segue para a planície pantaneira, quando chega a Coxim, seu nível já desceu bastante: ele nasce a aproximadamente oitocentos metros de altitude, lá em Alto Taquari, e, quando chega a Coxim, está a duzentos e vinte metros. Abaixo de Coxim não há mais corredeiras. Então, todos os sedimentos depositados ao longo do leito do rio, nessa extensão, acabam se acumulando de Coxim para baixo. E, com isso, praticamente todos os anos ocorrem enchentes — é raro o ano que não tem. Por quê? Porque o rio está assoreado. A água precisa procurar o seu lugar. Ela sai da caixa com muita facilidade e invade a cidade, sem contar que nós estamos ali no final da declividade e recebemos todos os afluentes que deságuam no rio Taquari, ou em outros rios que vão desaguar no Taquari, como o rio Coxim, o rio Jauru e tantos outros. Portanto, nós vivemos esse problema. É uma cidade construída, realmente, numa região arenosa, onde está localizada a sede do município, e é uma cidade que desce da BR até o rio. Então, toda chuva forte, torrencial, com grande precipitação pluviométrica, afeta a nossa cidade. E, agora, nestes últimos dois ou três dias, o volume de chuvas foi muito intenso: acima de duzentos milímetros, em noventa e seis horas consecutivas. E, às vezes, o volume é tão grande lá quanto é nos outros municípios do entorno, o que faz com que nós tenhamos vários problemas. Portanto, o prefeito, atendendo a todo o levantamento e à avaliação de danos da Defesa Civil municipal, decretou situação de emergência. Então, nós estamos lá, neste momento, numa situação de emergência, com várias ruas da cidade intransitáveis, avenidas comprometidas; inclusive, um muro inteiro — cem metros, de uma esquina a outra — de um colégio tradicional, a Escola Estadual Silvio Ferreira, caiu. Diante do grande volume de chuvas, muitos estabelecimentos comerciais também foram invadidos pelas águas. O que nós queremos — e, quando se apresenta uma indicação, é exatamente isso — é, obviamente, a parceria. A parceria do Governo do Estado para reconhecer rapidamente a situação de emergência, para que a gente possa dar encaminhamento também ao setor de Defesa Civil federal e, evidentemente, promover a junção, a parceria entre os três entes, para que possamos fazer a recuperação daquilo que foi danificado em função dessas chuvas torrenciais. Chuva é bom, nós não estamos reclamando — até porque ela é sempre necessária. Entretanto, quando se concentra em um curto espaço de tempo, provoca vários danos, não só aqui em Coxim, mas em todo o Brasil, como estamos assistindo pela televisão. Portanto, venho aqui realçar a importância da indicação que fizemos e,

principalmente, registrar que tive também o cuidado de enviar o decreto de situação de emergência ao governador, para ele determinar a agilização do reconhecimento de emergência, para que a decisão seja acolhida também em nível estadual e para que as providências de recuperação sejam tomadas o mais rápido possível, a fim de atender a uma imensa quantidade de pessoas que foram diretamente afetadas pelo volume das águas e pelas chuvas dos últimos dias. Este é o primeiro tema, senhor presidente. O outro assunto que me traz aqui — volto a falar de um tema que encerrei o ano tratando dele — é que, ao longo deste início de ano, já tivemos duas reuniões com o Fórum dos Servidores para tratar do superendividamento dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Eu recebi — e já agradeço — uma resposta detalhada do secretário de Administração, por meio de ofício, acerca dessa questão. A matéria foi endereçada à Consultoria Legislativa, e o secretário de Administração apresentou a resposta. Vou ler o texto, para que todos entendam a gravidade do problema. "Os servidores públicos estaduais não se submetem diretamente à Lei nº 10.820, por se tratar de norma voltada a empregados regidos pela CLT. O regime aplicado no âmbito do Poder Executivo estadual é o Decreto nº 12.796, editado com fundamento na Lei Estadual nº 1.102/1990, que é o Estatuto dos Servidores. O decreto estadual estabelece margens distintas por modalidade, permitindo, cumulativamente, até 40% de comprometimento para empréstimos e financiamentos; 15% para adiantamento salarial; 10% para cartão de crédito; e 5% para cartão de benefício." Agora, o que realmente chama a atenção são os dados revelados pelo levantamento do Estado. Com base na folha de setembro de 2025, a Secretaria de Administração informa que quarenta e dois mil cento e trinta e três servidores, entre ativos e inativos, têm empréstimos consignados. A dívida total contratada é da ordem de 9.319.000.000 de reais. Pensem: nós temos uma folha mensal de aproximadamente 600.000.000 de reais. Isso significa a somatória de quinze folhas de pagamento. Quinze folhas de pagamento foi o montante contraído em empréstimo consignado pelos servidores. O saldo ainda a pagar desses 9.319.000.000 representa 7.008.000.000. Ou seja, são cerca de onze folhas de pagamento que os servidores ainda devem às instituições financeiras que operam os consignados. Trata-se de um passivo financeiro de enorme impacto social. E eu vou dizer: depois que fiz essa fala, quando vou às secretarias, algum servidor me para e pergunta: "Como é que está a questão do consignado?". Outro pergunta: "O que vai ser feito?". Muitos trazem o tema, dizendo: "Olha, a minha situação é muito complicada." E isso não é um ou outro, são muitos e muitos servidores. Quando dividimos esses números pelo nível de endividamento de cada servidor, chegamos ao quadro demonstrativo que nos foi remetido pela Secretaria de Administração. Vejam bem: são 42.133 servidores com empréstimo consignado; desses, 24.461 são servidores da ativa e 17.672 são servidores inativos, aposentados. Mas olhem que dado interessante: são 17 mil aposentados e 24 mil da ativa. Contudo, somente de parcela mensal descontada da totalidade dos servidores, os servidores da ativa somam 49.003.112 reais de

desconto mensal, enquanto os servidores inativos somam 49.110.000 reais — valor superior ao dos servidores da ativa. Hoje, na faixa de comprometimento entre 50% e 60% da remuneração, nós temos 3.657 servidores. Na faixa de 60% a 70%, são 4.171 servidores. Na faixa de 70% a 80%, são 2.868 servidores. E, vejam só, na faixa de 90% a 100% da remuneração, são 724 servidores. Vejam a situação. Eu tive uma conversa novamente com o governador. Tive, na semana passada, uma conversa com o secretário de Governo. Eu mostrei a necessidade urgente de debruçarmos sobre esses números, sobre essa realidade, e buscarmos alternativas. É preciso fazer um estudo aprofundado sobre o comprometimento em questão. É preciso analisar as instituições financeiras que estão operando esses empréstimos, que são aquelas que consignam os valores. Mas, acima de tudo, é necessário saber qual taxa de juros está sendo cobrada. É preciso fazer uma mesa de negociação com as instituições. Hoje, nós temos a chamada portabilidade. Qualquer instituição financeira séria tem interesse — e por quê? Porque há 100% de inadimplência no consignado. Portanto, há interesse em participar, oferecendo juros menores, alongamento do perfil da dívida, enquadrando os servidores dentro dos limites legais e, acima de tudo, diminuindo esse comprometimento. Porque o cidadão está sem condições de comprar o alimento do dia a dia, de pôr na mesa o pão de cada dia. O servidor que tem seu salário acima de 50% comprometido com empréstimo... Não adianta, às vezes, nós, daqui a uns dias, discutirmos remuneração, reajuste. A inflação está em 4%, 5%; aí vai falar em RGA? Que diferença isso faz numa conta que já está com 40% ou 50% comprometida? A meu ver, todos precisam se preocupar com isso. A alternativa é sentar e rediscutir essa taxa com as instituições; trazer para a discussão as grandes instituições financeiras que têm interesse em operar com juros bem menores; ou mesmo buscar linhas semelhantes às do FCO, em que os juros são mais baixos. Fica muito mais viável trabalhar uma dívida dessa natureza. Portanto, reitero a minha preocupação com relação a esse superendividamento dos servidores públicos estaduais por conta de empréstimos consignados. É preciso ter uma alternativa viável, uma alternativa pensada para o longo prazo, que reduza o comprometimento da renda e aumente a capacidade de investimento do servidor. Porque isso é bom não apenas para o servidor; mas é bom também para o comércio, é bom para toda a sociedade. O servidor, com dinheiro disponível, consome, investe, enfim, isso é importante para todos nós. Eu acho que o tema é de grande relevância para o nosso estado. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Aldo José dos Santos, o professor Aldo, vereador do município de Anastácio; do senhor José Lourenço, vereador do município de Cassilândia; do senhor Márcio Barbosa, o Marcinho, vereador de Coxim; do senhor Avani Luiz de Moraes, vereador do município de Cassilândia; do senhor Waldomiro Luiz de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Sete Quedas; do senhor Antonio Luiz Teixeira, o Tonhão, do município de Três Lagoas; da senhora Jéssica Santos, vereadora do município de Anaurilândia; do senhor Daniel Cabral, vereador do município de Guia Lopes da Laguna; do senhor Edson Peres Ibrahim, vereador do município de Batayporã; e do senhor Bruno, vereador do município de Maracaju. Obrigado a todos pela presença aqui na Assembleia Legislativa. Passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 117/2022. Autores: deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp. "Dispõe sobre a divulgação de informações e/ou de alertas contra o racismo, a discriminação racial e as demais formas correlatas de intolerância em eventos culturais ou esportivos sediados no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de registrar meu voto "sim".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, nobre deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente. Eu quero registrar a presença da vereadora Rosângela Sofa, do município de Naviraí.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Seja bem-vinda, vereadora!

Projeto de Lei nº 117/2022, de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Os deputados Coronel David e Roberto Hashioka estão convocados para uma reunião na Sala VIP após a Sessão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 307/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, o Programa Cadastro Positivo MS, nos termos que menciona." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Para discutir, o relator, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, nós votamos, no ano passado, aqui, o projeto Devedor Contumaz. Este aqui foi justamente na linha contrária. Então, é um projeto que cria o cadastro positivo no Estado, projeto da Secretaria de Fazenda. Os contribuintes que pagam seus tributos em dia terão prazos diferenciados de pagamento; não precisarão oferecer garantias para a concessão de regimes especiais; terão simplificação das obrigações acessórias, enfim. O contribuinte de Mato Grosso do Sul, do ICMS, que paga seus tributos em dia, terá um tratamento diferenciado, de forma positiva. Aqueles contribuintes que estiverem no Cadastro Positivo, a partir da aprovação dessa lei, terão esse benefício. Então, esse é um projeto importante, que vai facilitar a vida dos contribuintes que pagam suas obrigações tributárias em dia.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu agradeço ao deputado Paulo Duarte, que defendeu com contundência, no passado, a criação do projeto Devedor Contumaz. Nós nos posicionamos em oposição e demonstramos o equívoco que estava ocorrendo por parte do Governo. Acho importante o Governo lançar um projeto em oposição ao Devedor Contumaz e acabar com a existência dessa figura esdrúxula que criou. Então, fico feliz em ver que o Governo ouviu os nossos entendimentos, e vamos oportunizar, até por boa-fé, o nosso voto favorável ao cadastro positivo da Sefaz. Antecipando o meu voto, vou votar favorável, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Registramos o deputado João Henrique feliz com o Governo — e isso é um sinal, viu, deputado? Em votação...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente...



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É feliz com o projeto, e não com o Governo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor corrigiu antes que eu fizesse o esclarecimento, presidente. Mas era apenas para registrar o meu voto favorável e dizer que fico feliz que o Governo esteja acompanhando o caminho que nós apontamos, em prol do contribuinte do nosso estado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 307/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Quero apenas esclarecer uma dúvida do deputado Lidio Lopes, que me perguntou aqui — mas acho importante esclarecer a todos —: continua valendo, e é importante o Devedor Contumaz, que é um projeto nacional, que foi votado no Congresso Nacional. O Estado vai tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais. Quem tem pendências recorrentes terá um tipo de tratamento; quem paga o seu tributo em dia e está no Cadastro Positivo terá um tratamento diferenciado, de forma positiva, como ocorre no Brasil inteiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Item 3. Temos um pedido de retirada de pauta de uma moção de protesto do deputado Pedro Kemp... Pois não, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu ia pedir vista, mas, se o autor da proposta vai retirá-la, não há necessidade de eu pedir vista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estamos retirando de pauta. Depois a gente...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas uma questão regimental: sobre o pedido de vista ou de destaque pela via remota, é possível fazer isso no subitem moções?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se tiver pedido de vista, eu retiro de pauta. Não tem problema nenhum, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu quero pedir vista do Item 4: Moção de Congratulação nº 030/2026.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista concedido, deputado. Então, vamos votar os demais itens. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. "Sete requerimentos, doze indicações e sete moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Um retirado de pauta e um com pedido de vista...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, e a moção de repúdio contra a prefeita de Campo Grande?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Foi retirada de pauta, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — OK.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento da senhora Antonia de Lima Acosta. Proposta pelo deputado Gerson Claro, em razão do falecimento da senhora Virma Nantes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice. Não está presente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Não está presente. Não há mais deputados inscritos. Encerradas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA Nº 03 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

REALIZADA EM 05/02/2026

Explicações Pessoais. Quero fazer um registro. Quase todas as comissões estão formadas; o encerramento das indicações será na terça-feira, fechando com a CCJR. Solicito que os deputados Roberto Hashioka e Coronel David se dirijam à Sala VIP. Registro o aniversário da senhora Kátia Regina. Parabéns pelo seu aniversário, minha esposa! Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (10h59min).